ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

2021

TRIBUNAL DE CONTAS

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

IPCA | CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE
Research Centre on Accounting and Taxation

Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política

1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3. ANÁLISE
ECONÓMICO-FINANCEIRA

4. SETOR EMPRESARIAL LOCAL

5. RANKING GLOBAL

6. CONCLUSÕES

1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL 2021

308 Municípios

- 24 Grandes (mais de 100.000 hab.)
- 96 Médios (entre 100.000 hab.e 20.000 hab.)
- 188 Pequenos (menos de 20.000 hab.)

158 Empresas Locais

- 129 Empresas Municiais (80 municípios)
- 29 Empresas Intermunicipais (147 municípios)

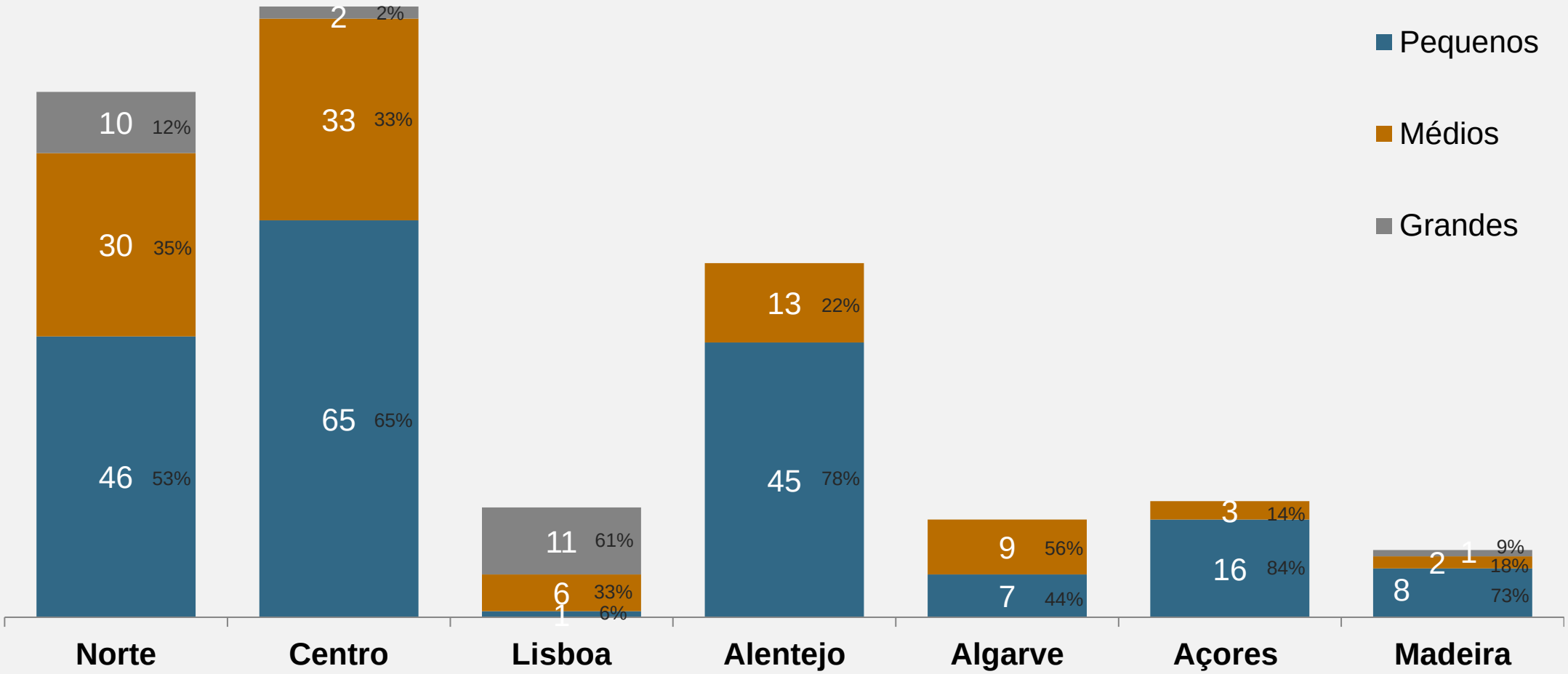
23 Serviços Municipalizados

- 21 Serviços Municipalizados
- 2 Serviços Intermunicipalizados (4 municípios)

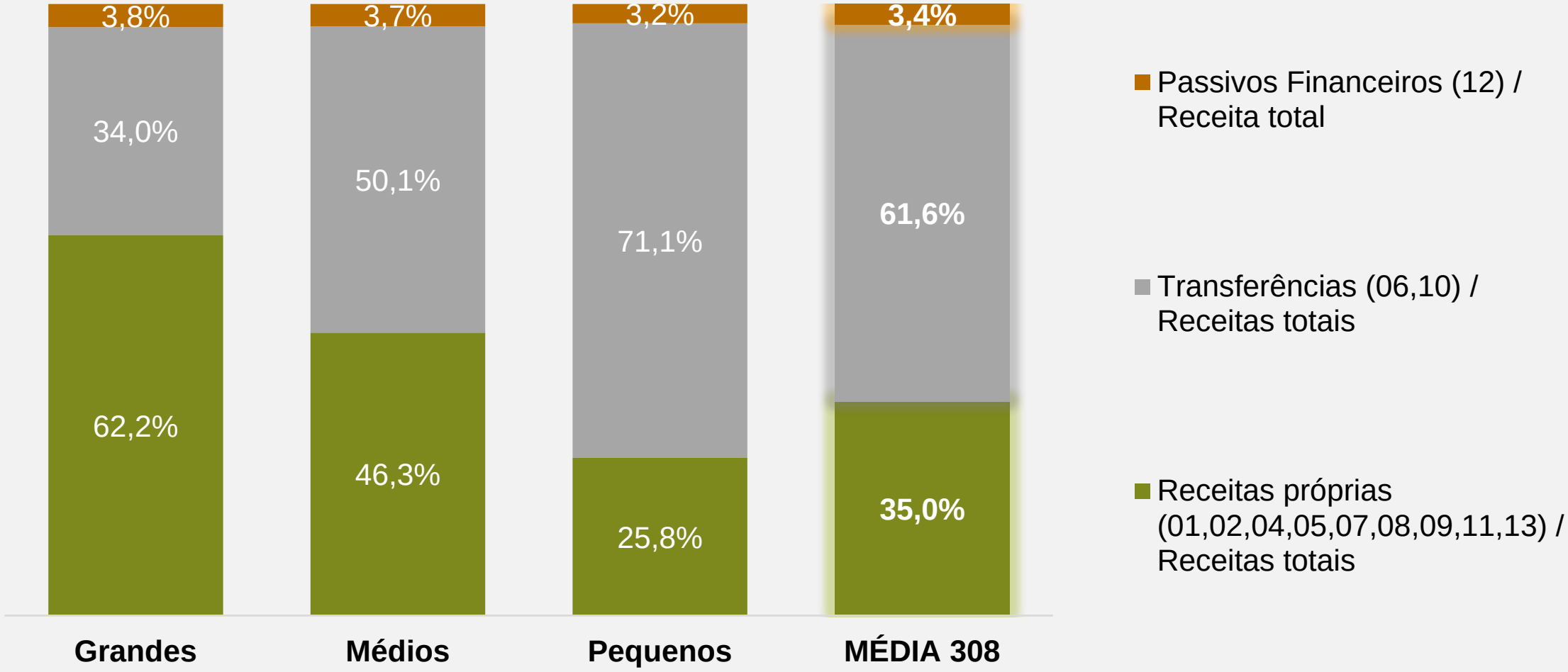
3.091 Juntas de Freguesia

- 2.209 Freguesias
- 882 Uniões de Freguesias

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL 2021 – DIMENSÃO POR REGIÃO

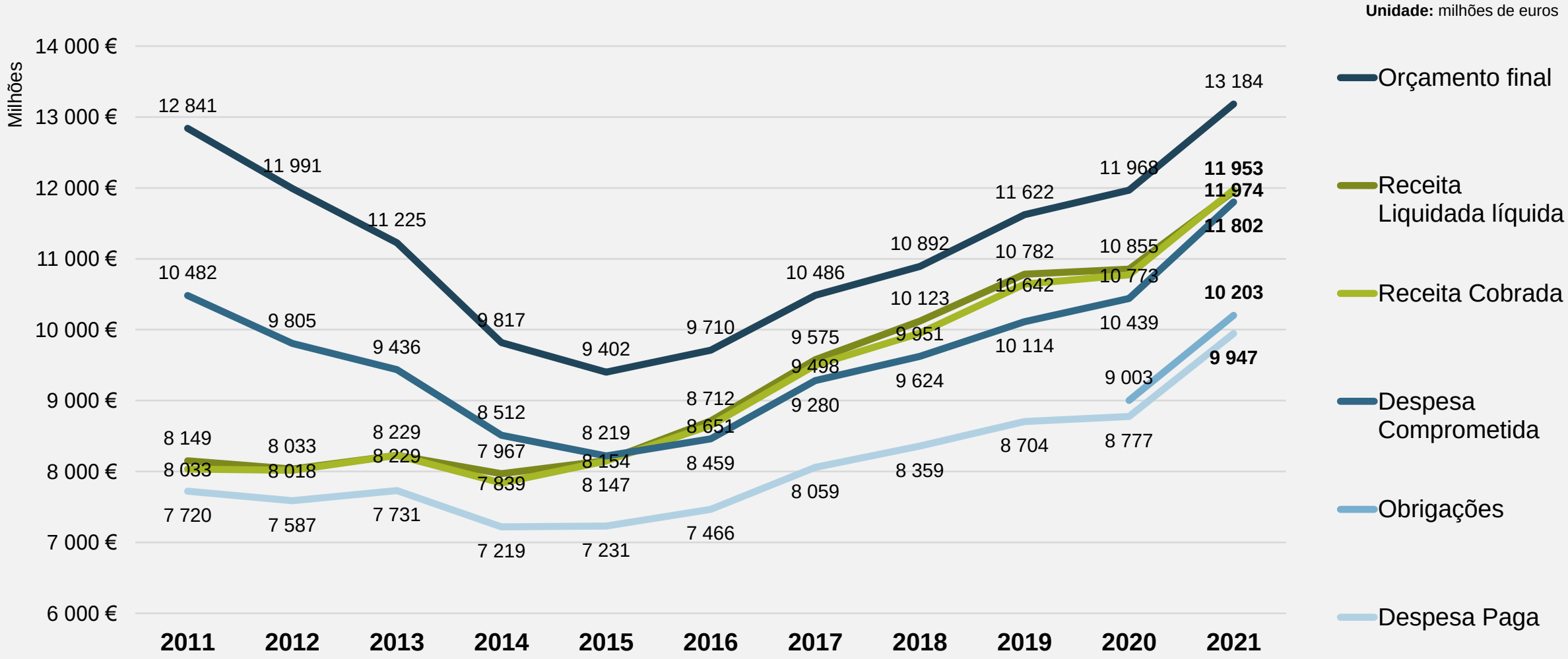


INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA 2021



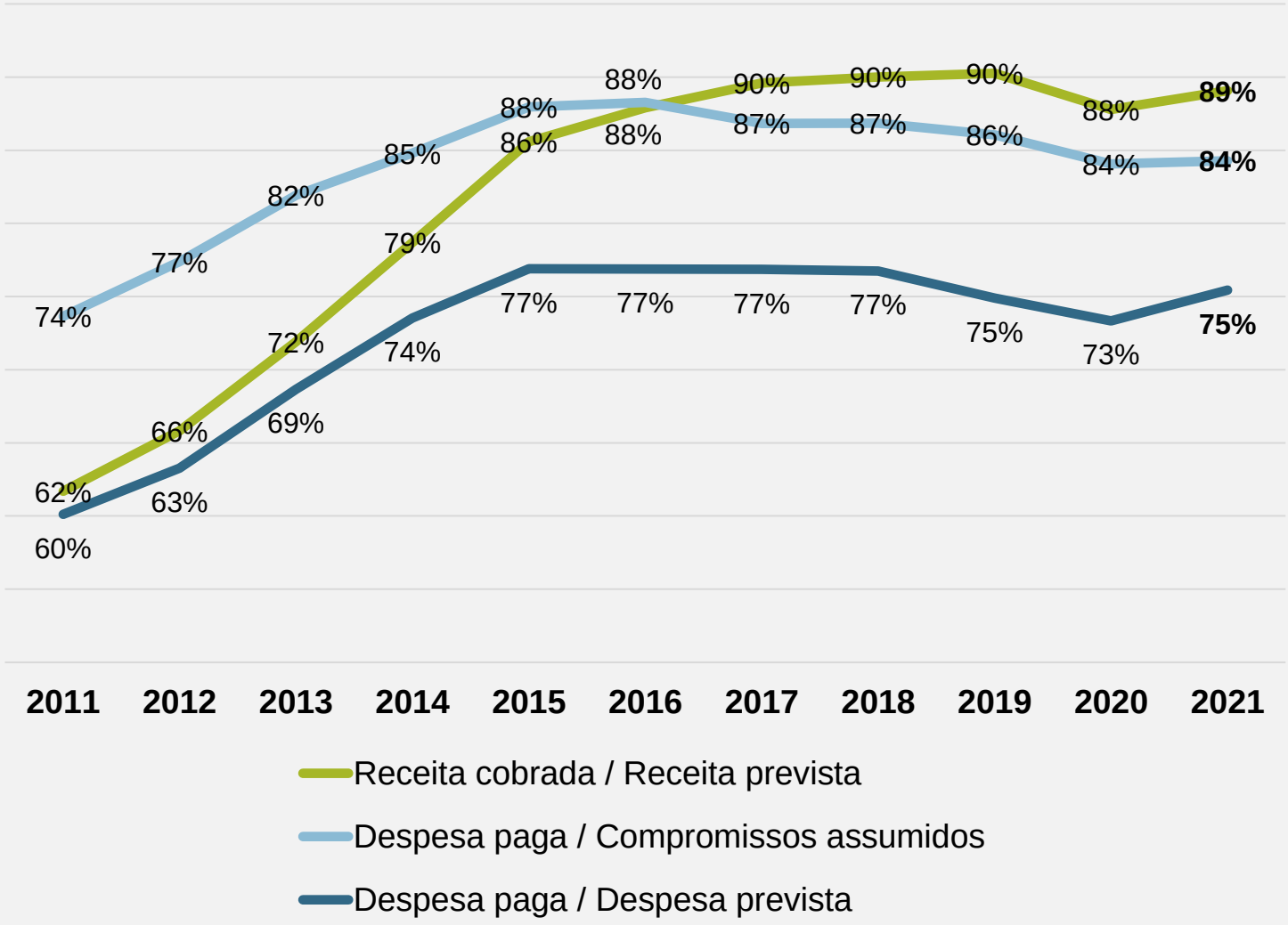
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS



NOTA: A receita inclui o saldo de gerência anterior

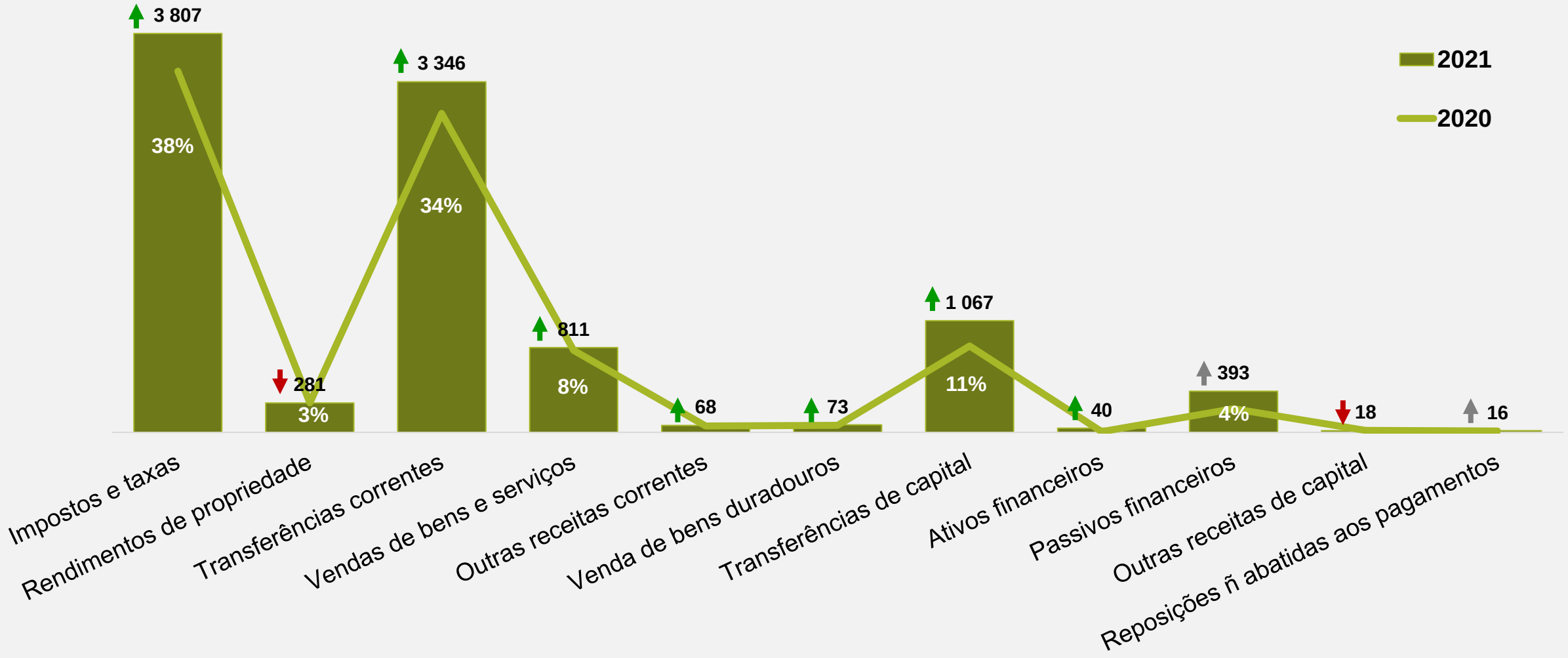
GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



Nº de Municípios com Grau de execução:	Receita	Despesa
Inferior a 50%	0	1
superior a 50% e inferior a 60%	4	28
superior a 60% e inferior a 70%	18	69
superior a 70% e inferior a 80%	37	97
superior a 80% e inferior a 90%	130	106
superior a 90% e inferior a 100%	92	7
Superior a 100%	27	0
TOTAL	**308**	**308**

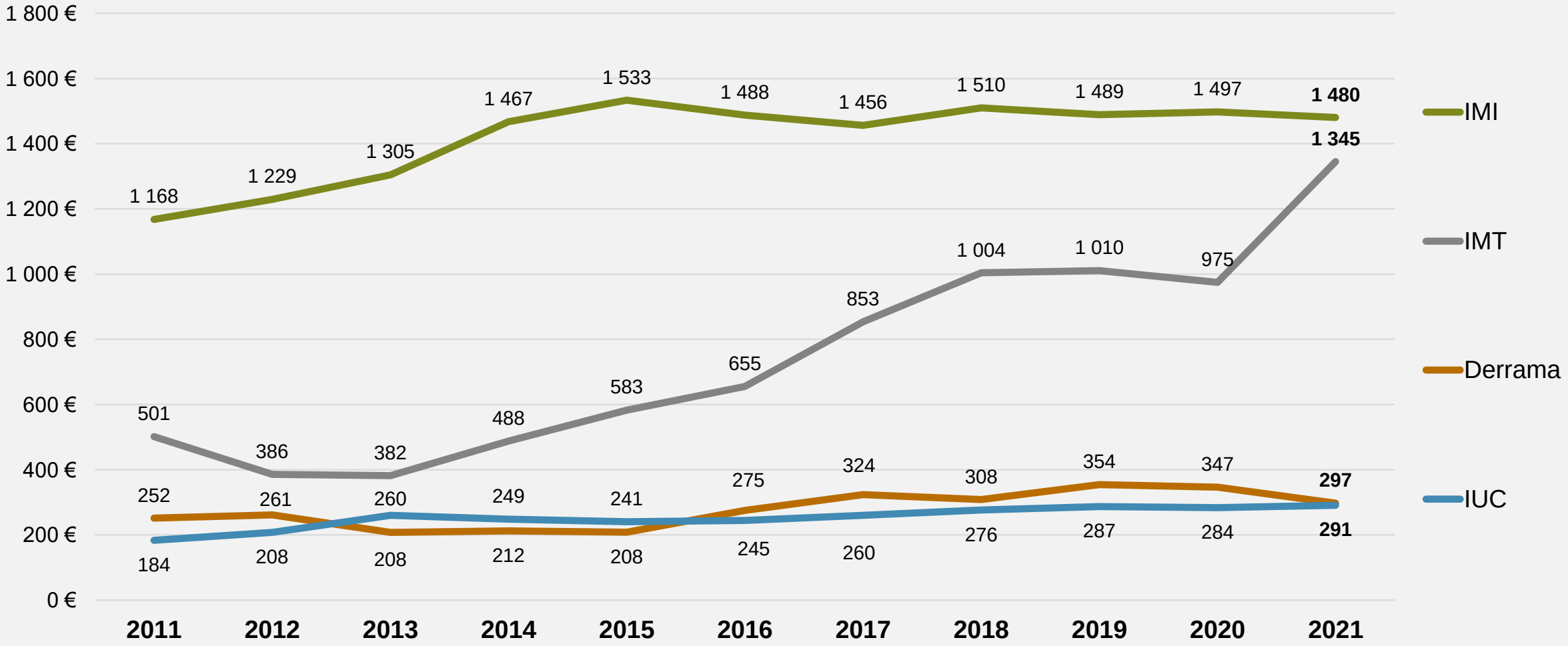
ESTRUTURA DAS RECEITAS COBRADAS 2021

Unidade: milhões de euros



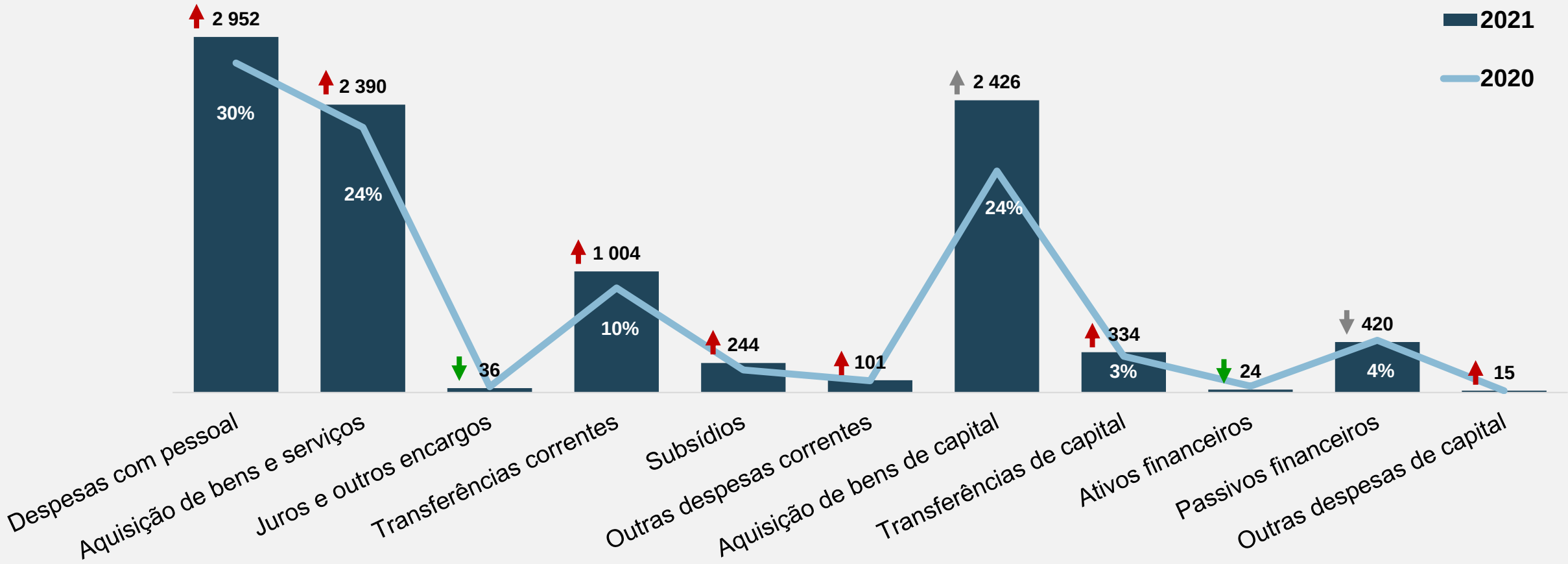
RECEITAS – EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRETOS

Unidade: milhões de euros



ESTRUTURA DAS DESPESAS PAGAS 2021

Unidade: milhões de euros

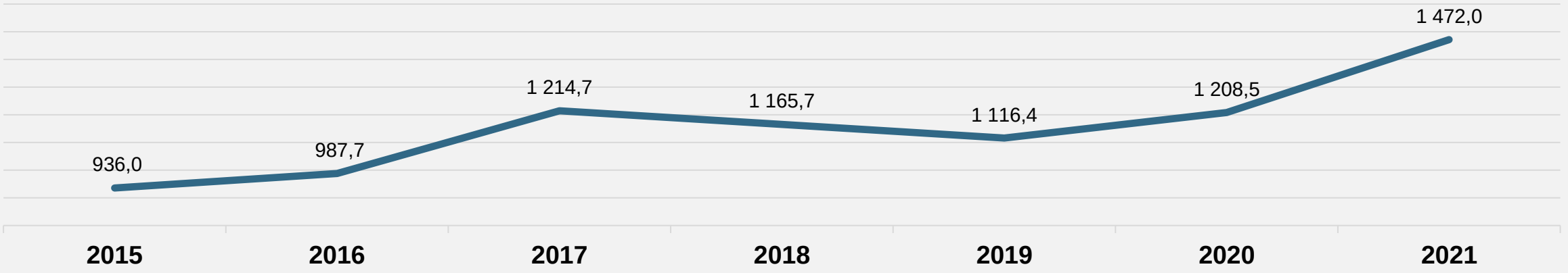


EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (art. 40º e 83º, RFALEI)

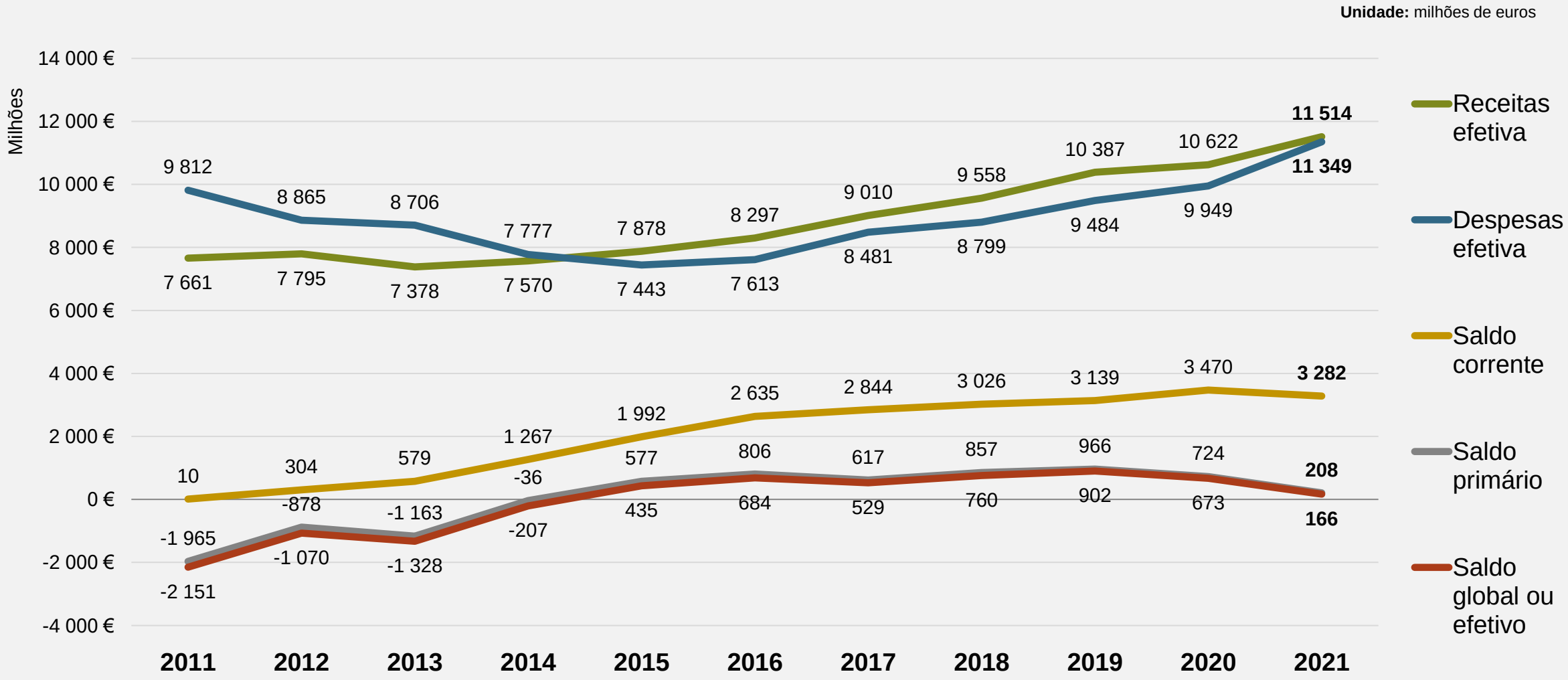
Unidade: milhões de euros

		Total 2015	Total 2016	Total 2017	Total 2018	Total 2019	Total 2020	Total 2021	Var. 20-21
(a)	**Receita corrente bruta cobrada**	**6 537,0**	**6 798,9**	**7 186,8**	**7 384,7**	**7 651,2**	**7 713,2**	**8 546,9**	833,7
(b)	Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	6 727,8	589,3
(c)	Amortizações médias de empréstimos de MLprazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	366,2	347,1	-19,1
(d) = (b)+(c)	**Total da despesa acrescida das amortizações médias**	**5 601,1**	**5 811,2**	**5 972,1**	**6 219,0**	**6 534,8**	6 504,7	7 074,9	570,2
(e) = (a)-(d)	**Saldo corrente deduzido das amortizações**	**936,0**	**987,7**	**1 214,7**	**1 165,7**	**1 116,4**	**1 208,5**	**1 472,0**	**263,5**
	N.º de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	24	17	-7

Unidade: milhões de euros



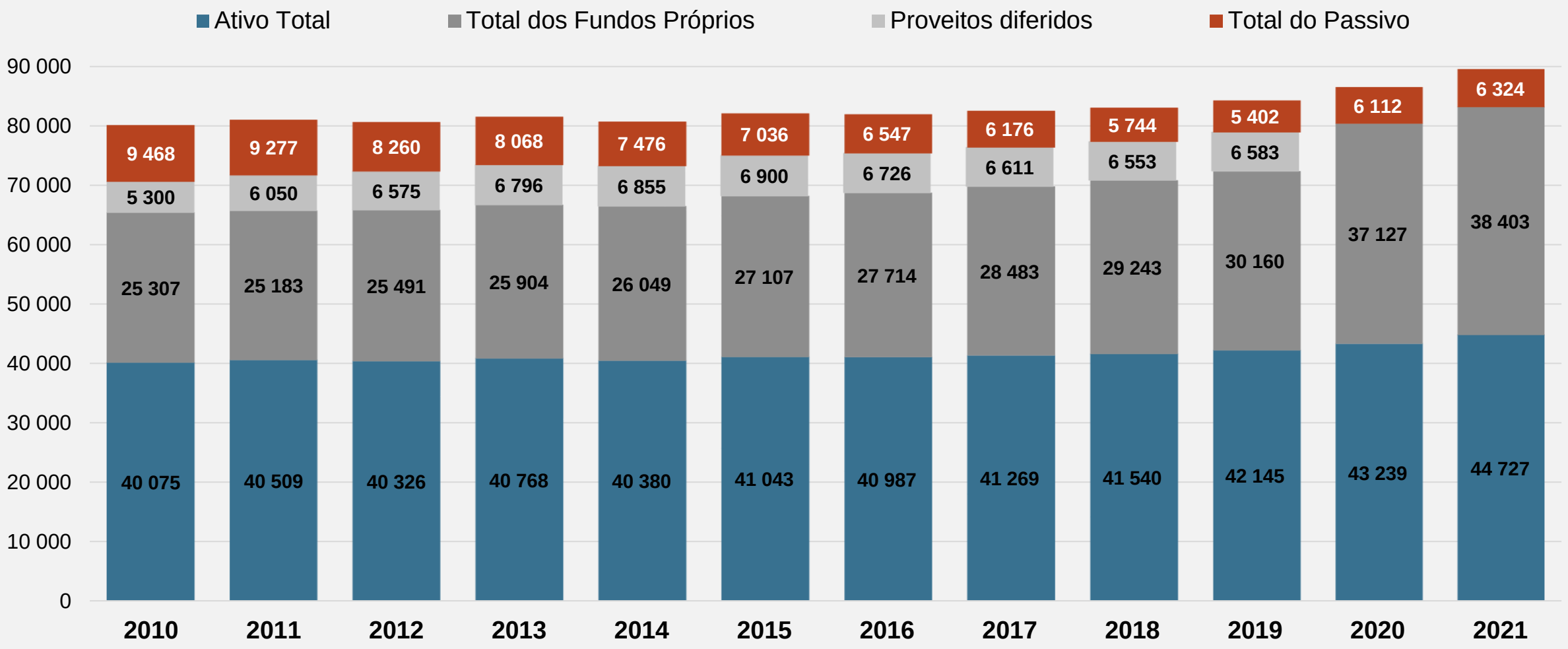
SALDO GLOBAL ORÇAMENTAL – BASE DOS COMPROMISSOS



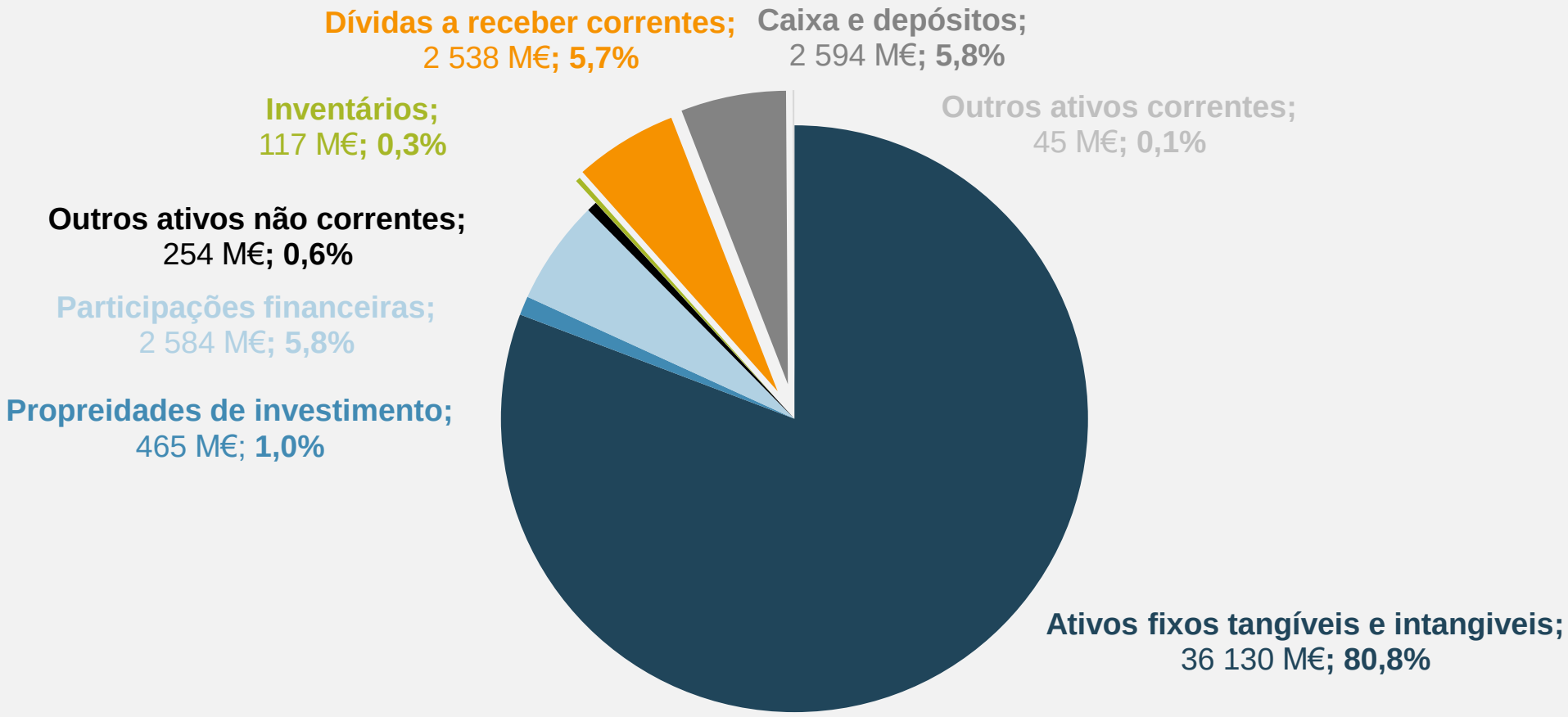
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DO ATIVO, FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Unidade: milhões de euros

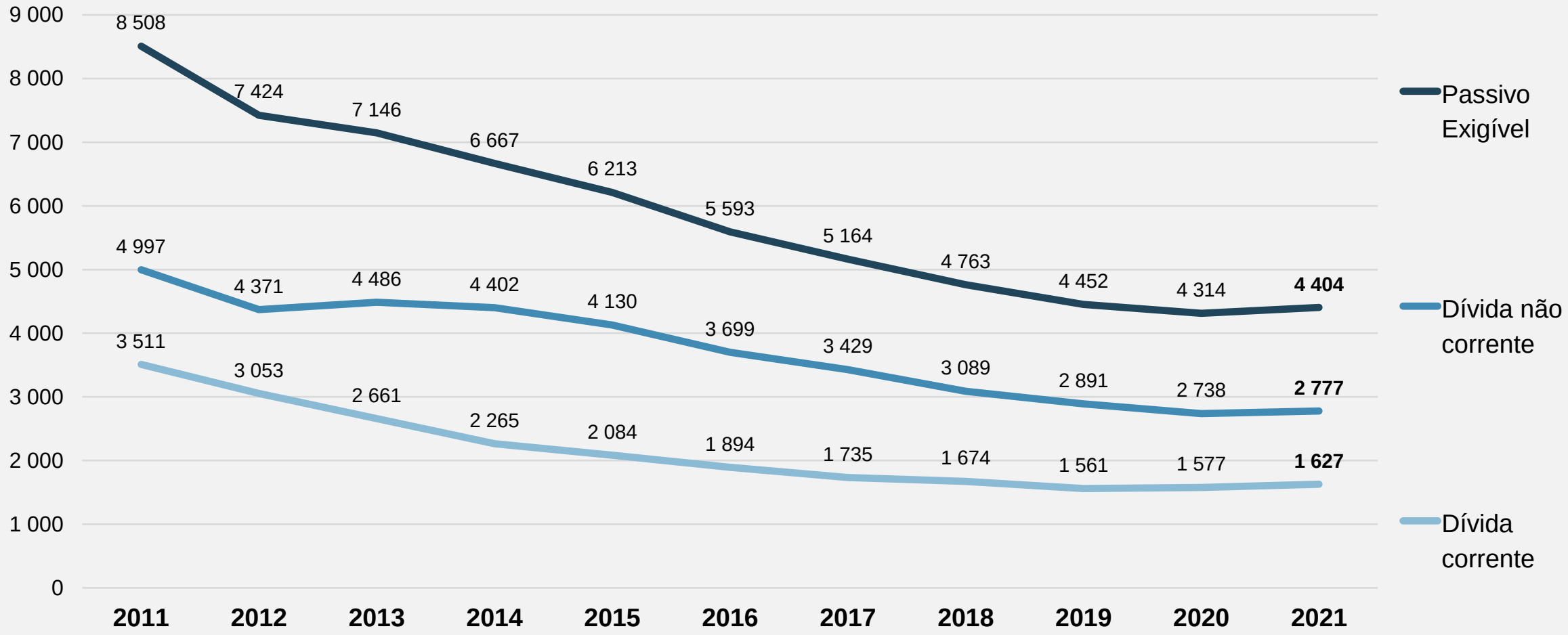


ESTRUTURA DO ATIVO 2021



EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A PAGAR – CORRENTES E NÃO CORRENTES

Unidade: milhões de euros

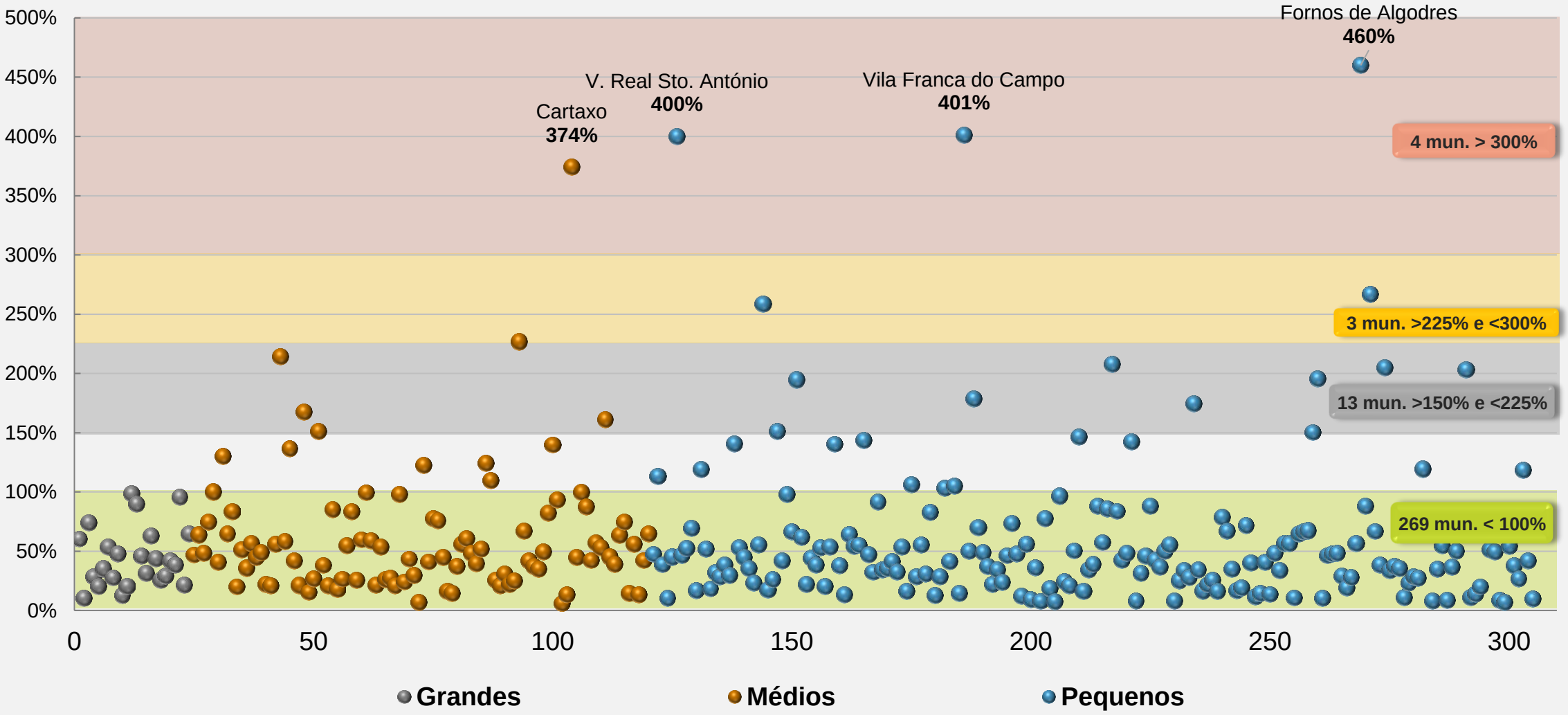


LIMITE À DÍVIDA TOTAL – LEI 73/2013 (ART. 52º)

A dívida total a 31/12 de cada ano não pode ultrapassar 1,5 vezes a média das receitas correntes cobradas nos 3 anos anteriores.

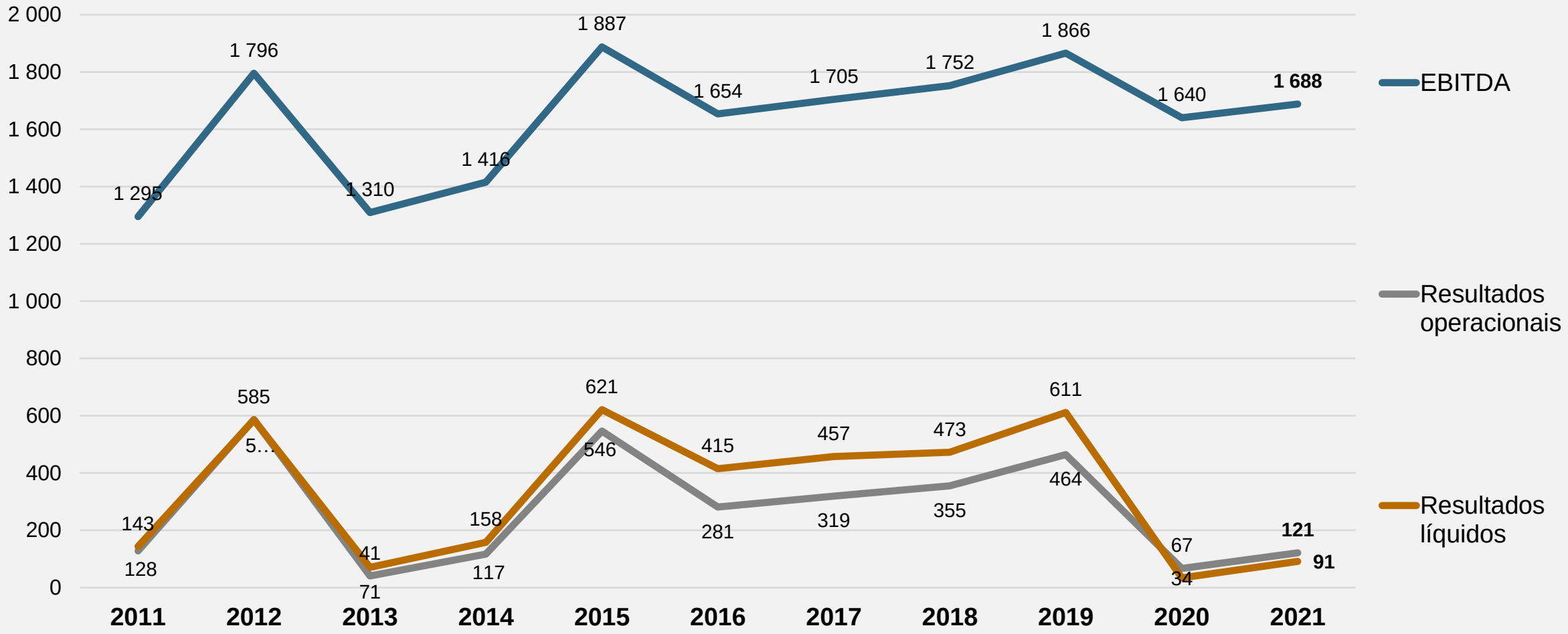
	INDICADORES	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
(a)	**Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)**	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2	6 502,4	6 815,6	7 094,7	7 371,1	7 525,3
(b)=1,5*a	Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)	8 517,4	8 572,6	8 857,2	9 333,2	9 753,5	10 223,4	10 642,0	11 056,7	11 287,9
(c)	Passivo Exigível dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (c)	7 146,5	6 666,7	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5	4 404,0
(d)	Dividas não orçamentais (operações de tesouraria) (d)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6	283,6
(e)=(c)-(d)	**Dívida Total dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (e) = (c) - (d)**	**6 960,4**	**6 477,2**	**6 024,0**	**5 401,0**	**4 957,9**	**4 543,9**	**4 213,2**	**4 071,8**	**4 120,5**
(f)=(e)/(b)	**Índice médio de dívida total (f) = (e) / (a) (Índice permitido <= 150%)**	**122,6%**	**113,3%**	**102,0%**	**86,8%**	**76,2%**	**66,7%**	**59,4%**	**55,2%**	**54,8%**
	Nº de municípios que provavelmente excedem o limite da dívida total	87	73	52	33	32	28	25	20	20

LIMITE À DÍVIDA TOTAL 2021 – LEI 73/2013 (ART. 52º)



EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS – LÍQUIDOS, OPERACIONAIS E EBITDA

Unidade: milhões de euros

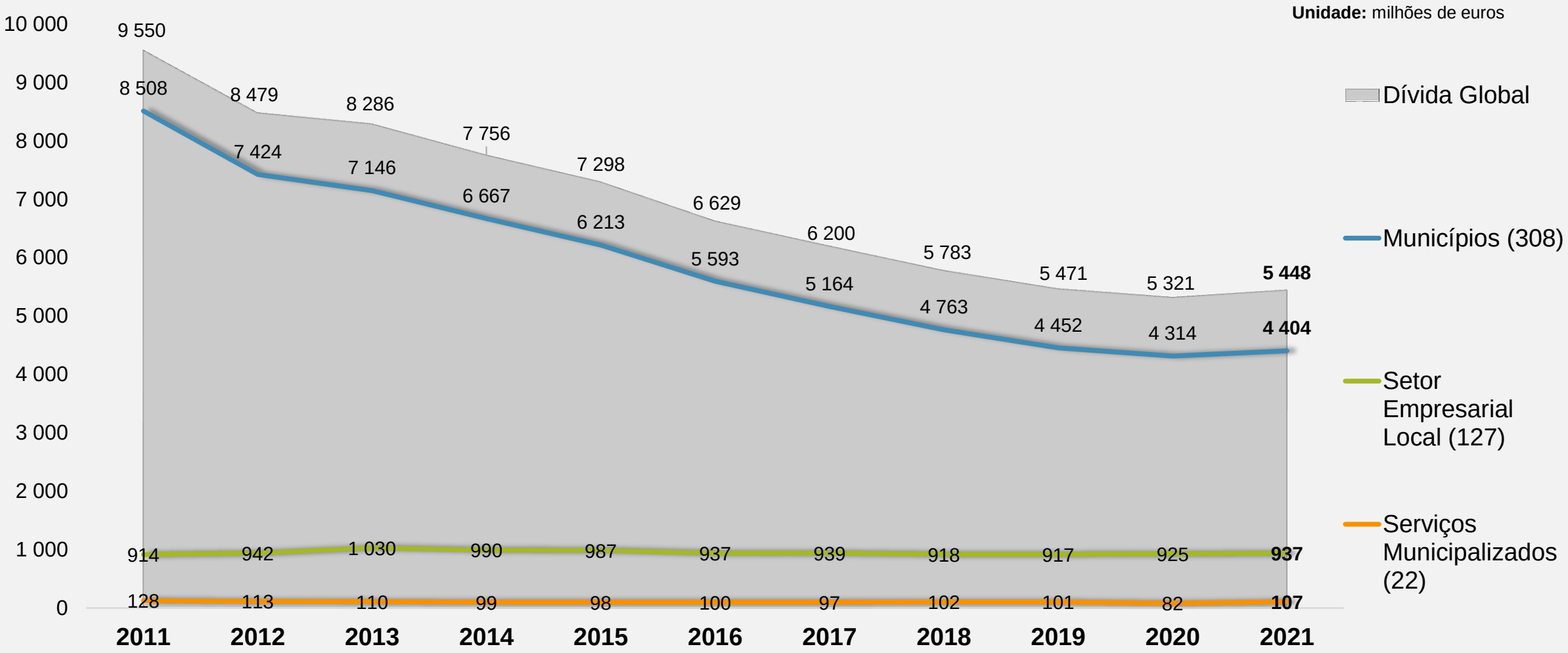


4. SETOR EMPRESARIAL LOCAL

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168	163	163	161	**158**
Nº de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163	158	154	159	**144**
Nº de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0	0	0	1	**0**
Nº de entidades constituídas	2	0	0	0	0	0	2	2	5	2	**2**
Nº de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12	8	5	4	**5**
Nº de entidades a dissolver (art. 62º, Lei nº 50/2012)	141	108	35	17	13	10	14	3	5	4	**6**

DÍVIDAS A PAGAR – MUNICÍPIOS, EMPRESAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

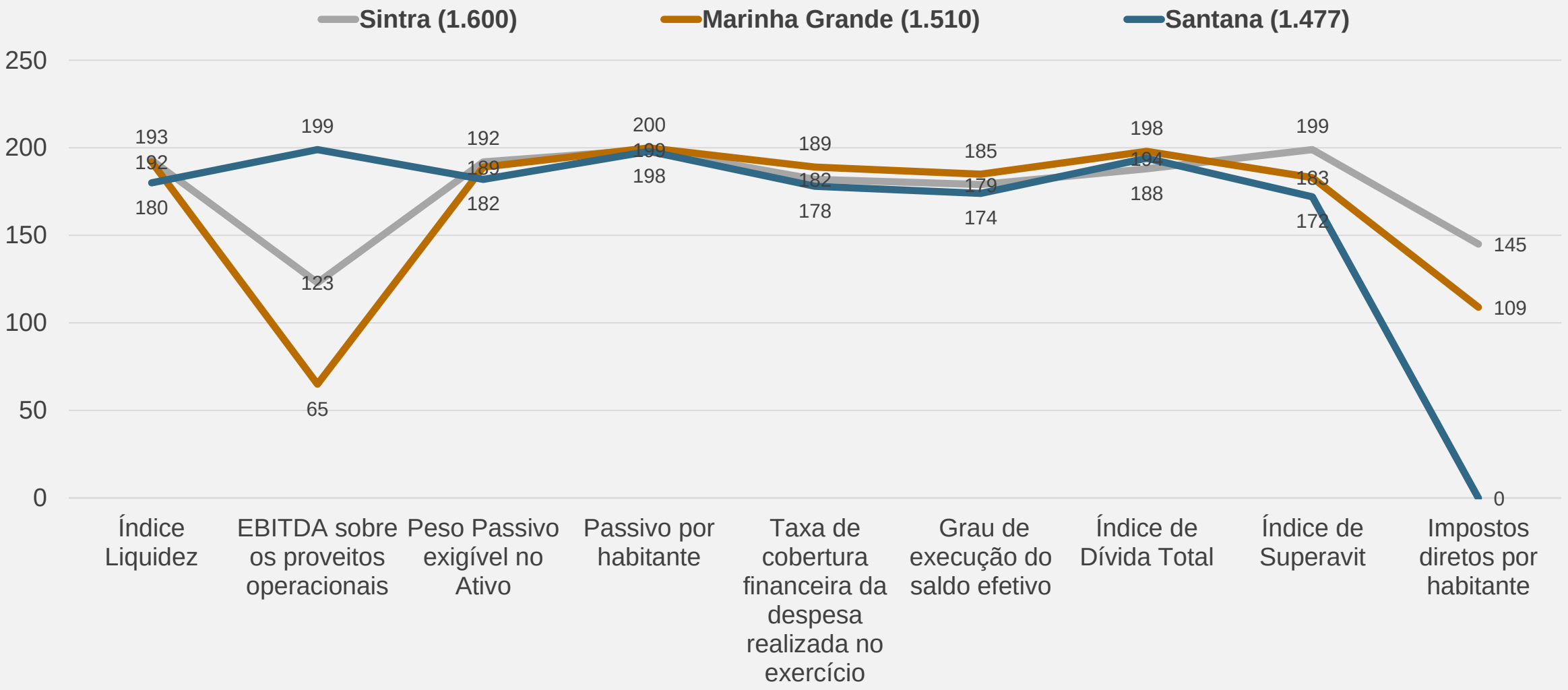


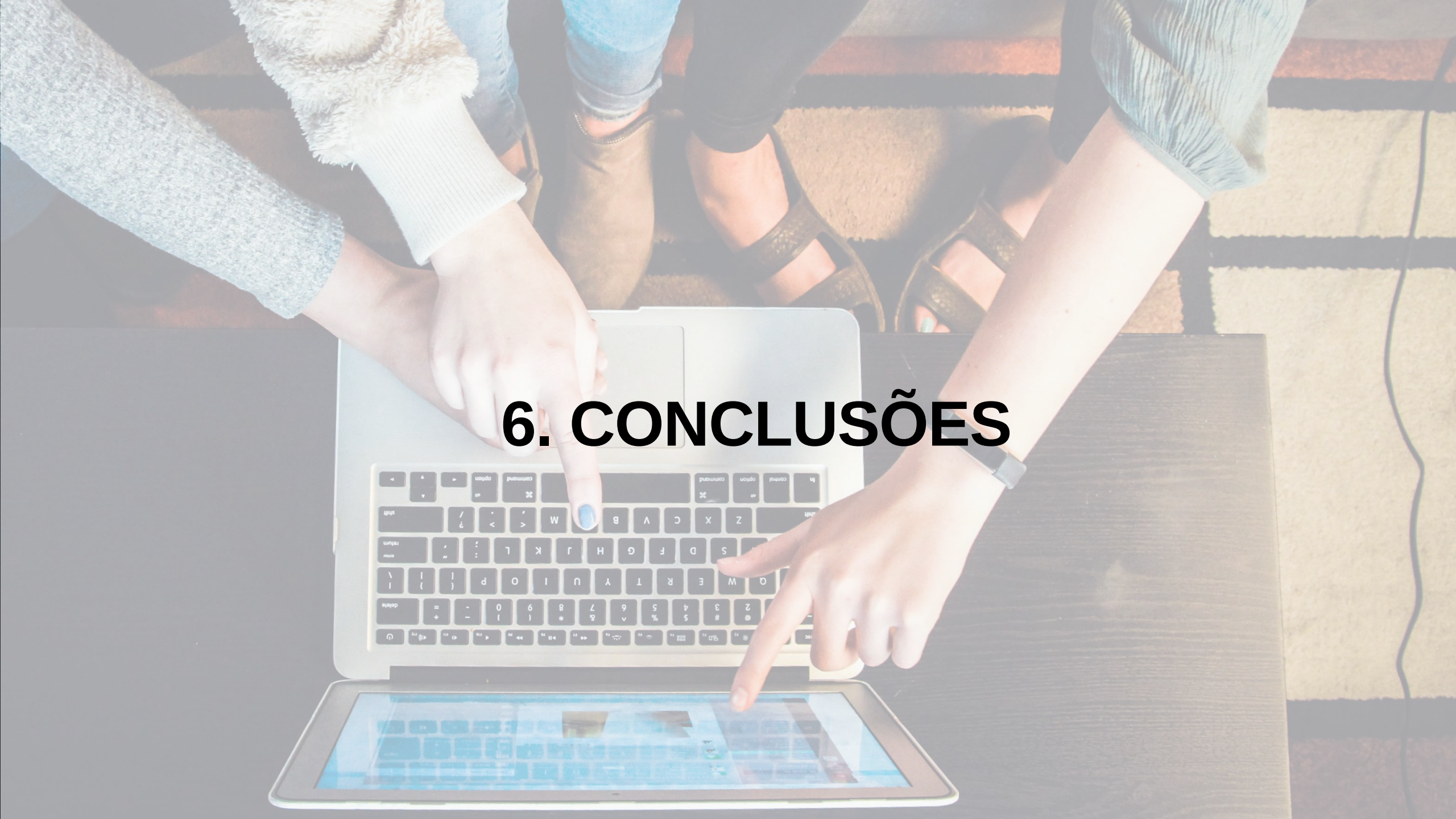
5. RANKING GLOBAL

RANKING GLOBAL – 100 MELHORES POR DISTRITO

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios dos 100 melhor classificados				% de municípios por distrito
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Aveiro	1	14	4	19	1	8	2	11	57,9%
Leiria	1	6	9	16	1	4	4	9	56,3%
Faro	0	9	7	16	0	5	3	8	50,0%
Lisboa	8	5	3	16	6	1	1	8	50,0%
Setúbal	3	6	4	13	1	3	2	6	46,2%
R.A. Açores	0	3	16	19	0	2	6	8	42,1%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	3	4	36,4%
Braga	4	5	5	14	2	3	0	5	35,7%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	5	5	33,3%
Santarém	0	11	10	21	0	4	3	7	33,3%
Viseu	0	3	21	24	0	0	8	8	33,3%
Guarda	0	2	12	14	0	0	4	4	28,6%
R. A. Madeira	1	2	8	11	0	0	3	3	27,3%
Bragança	0	2	10	12	0	1	2	3	25,0%
Porto	5	12	1	18	3	1	0	4	22,2%
Beja	0	2	12	14	0	1	2	3	21,4%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Évora	0	1	13	14	0	0	1	1	7,1%
Coimbra	1	3	13	17	0	0	1	1	5,9%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	0	0	0	0,0%
TOTAL	**24**	**96**	**188**	**308**	**14**	**34**	**52**	**100**	**32,5%**

RANKING GLOBAL – MUNICÍPIOS COM MELHOR PONTUAÇÃO DE CADA DIMENSÃO





6. CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Aspetos orçamentais

- Em 2021, apenas 67 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%. Neste ano, verificou-se uma descida de 1,4 pontos percentuais do nível global de independência financeira, atingindo um peso médio de 35,0% para o universo dos municípios.
- O ano de 2021 registou um grau de execução da receita cobrada de 89,1%, superior ao grau de execução de 2020 em 1,3%. Também, se verificou um elevado rácio de execução da receita liquidada ao faturar-se 88,9% do orçamento estimado, +0,3 pontos percentuais que em 2020 e +26,3pp que em 2011. O elevado valor destes indicadores sinaliza a melhoria do controlo orçamental por parte da generalidade dos municípios e um maior rigor no cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita.
- Ao registar-se o total de 9 918,8 milhões de euros de receita cobrada, verifica-se um acréscimo de 1 145,8 milhões de euros da receita municipal (+13,1%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, a subida cumulativa das seguintes receitas: impostos e taxas em +359,9 milhões de euros (+10,4%), transferências correntes e de capital em +543,9 milhões de euros (+14,1%) e passivos financeiros em +168,1 milhões de euros (+74,17%).
- O ano de 2021 foi um bom ano de receita fiscal tendo apresentado o acréscimo de 10,4% e, na globalidade, uma execução orçamental de 107,4%, arrecadando na totalidade 3 806,6 milhões de euros, isto é, **+261,0 milhões de euros** que o previsto, fruto do aumento extraordinário do IMT de 370 milhões de euros.

CONCLUSÕES

Aspetos orçamentais

- No ano de 2021, foram pagos 84,3% dos compromissos assumidos. O volume da despesa paga, no total de 9,9 mil milhões de euros, representou um aumento significativo de 28,8% (+2 226,5 milhões de euros), tendo sido o valor mais elevado nos últimos onze anos
- Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 270 municípios apresentaram, em 2021, acréscimo de volume de despesa paga.
- Em 2021 a aquisição de bens de capital dos municípios apresentou um aumento de 28,2% (+767,2 milhões de euros), ao totalizar 3 487,1 milhões de euros, tendo as transferências de capital, no valor de 415,9 milhões de euros, crescido 12,7% (+46,9 milhões de euros). Assim, o conjunto das transferências de capital e de aquisição de bens de capital, que se poderá classificar como o investimento total dos municípios, cresceu 26,4% (+814,0 milhões de euros).
- Confrontando os níveis de variação da despesa com os níveis de variação da receita verificados em 2021, verifica-se que a despesa cresceu mais que a receita pelo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 27,8 milhões de euros o volume de receitas cobradas. O equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior.
- Em 2021, 17 municípios apresentaram desequilíbrio orçamental, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013.

CONCLUSÕES

Aspetos económico-financeiros

- Analisando o Ativo dos 308 municípios, em 2021 o valor total das dívidas a receber foi de 2.676,9 milhões de euros, superior em 130,4 milhões de euros (+5,1%) ao valor escriturado em 2020. Este valor subdivide-se em dívidas a receber não correntes no total de 139,0 milhões de euros e dívidas a receber correntes no total de 2.537,9 milhões de euros representando 94,8% do total das dívidas a receber.
- No final de 2021 o total do património líquido era igual a 38.403,1 milhões de euros, representando uma taxa de crescimento de 3,4% face ao total dos fundos próprios apresentados em 2020.
- Depois de decréscimos sucessivos do Passivo exigível dos municípios, entre 2011 e 2020, em 2021 este cresceu 89,5 milhões de euros (2,1%). Contudo, considerando o universo dos municípios, 166 (54%) baixaram o valor do passivo exigível.
- 20 Municípios excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52º do RFALEI.
- O valor dos resultados económicos líquidos foi de 91,3 milhões de euros para a totalidade do setor municipal, traduzindo um acréscimo de 169% (+57,4 milhões de euros). Neste ano, 142 municípios apresentaram resultados negativos.
- Similarmente ao que o aconteceu nos municípios, também a Dívida a pagar do Setor Empresarial Local e dos Serviços Municipalizados aumentou em 2021.

MUITO OBRIGADA

Maria José Fernandes
mjfernandes@ipca.pt

Pedro Camões
pedroc@eeg.uminho.pt

Susana Jorge
susjor@fe.uc.pt

TRIBUNAL DE CONTAS

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

IPCA | CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE
Research Centre on Accounting and Taxation

Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política